

# A CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO PDM DO PORTO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE UMA CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA E MUTABILIDADE DA CIDADE.

## PARTE I – CENTRO HISTÓRICO E ÁREAS ADJACENTES

**Sérgio Gomes**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CEAACP-UC  
sergiogomes@cm-porto.pt

**Isabel Osório**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural  
mariaosorio@cm-porto.pt

**Laura Sousa**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CITCEM  
laurasousa@cm-porto.pt

**Carla Stockler**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural  
carlalima@cm-porto.pt

**Manuela Ribeiro**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural  
manuelaribeiro@cm-porto.pt

**António Almeida**

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural  
antonioalmeida@cm-porto.pt

### **ABSTRACT**

This text aims to present the Archaeological Heritage Charter of the current Municipal Master Plan of Porto (MMPP), discussing both its limits and possibilities. To this end, we will focus on reviewing an earlier version of the charter and explain how the new safeguarded archaeological areas were defined. By looking at the Porto 2030 Strategy defined at the MMPP, in which different city models/policies were discussed such as a smart city or green city, the importance of considering the concept of the deep city is emphasized. That is, a city model that values the mutability of spaces and their temporal dimension as an intrinsic characteristic of urban spaces and, therefore, understands the archaeological remains as resources to promote the quality of the urban spaces, the well-being of the community, and the attractiveness of the territory. It is from this perspective that the remains and other traces supporting the archaeological

safeguarded areas are briefly presented, demonstrating their multi-temporal character and highlighting their scientific, heritage and urban value.

**Keywords:** Archaeological Heritage Charter; Municipal Master Plan of Porto; Deep city; Scientific, heritage and urban value of archaeological remains.

## RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar a Carta de Património Arqueológico do Plano Diretor Municipal do Porto (PDMP) atualmente em vigor, discutindo os seus limites e possibilidades. Para tal, serão explicados os pressupostos que estiveram na base da revisão da carta anterior e o modo como foram equacionadas as áreas de salvaguarda. Atendendo à Estratégia Porto 2030 que acompanha o PDMP, na qual foram ponderados diferentes modelos/políticas de cidade (*smart city* ou *green city*, por exemplo), enfatiza-se a importância de considerar o conceito de *deep city*, isto é, um modelo de cidade que valoriza a mutabilidade dos espaços e a sua espessura temporal como uma característica intrínseca à natureza das cidades e, por conseguinte, entende os bens arqueológicos como valiosos recursos para promover a qualidade dos espaços urbanos, o bem-estar da comunidade e a atratividade do território. Desta perspetiva, são apresentados, sucintamente, os indícios e evidências que compõem as diferentes áreas de salvaguarda, demonstrando o seu carácter multitemporal e reforçando o seu valor científico, patrimonial e urbanístico.

**Palavras chave:** Carta de Património Arqueológico; Plano Diretor Municipal do Porto; *Deep city*; Valor científico, patrimonial e urbanístico dos vestígios arqueológicos.

## INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal do Porto (PDMP) publicado em 2021<sup>1</sup> apresenta a multiplicidade das expressões materiais da identidade histórica, designadamente a singularidade arquitetónica e paisagística, como um dos pilares da atratividade do território (DMU 2021: 7). Neste sentido, “a preservação da identidade cultural, urbanística e arquitetónica da cidade, a qualificação dos seus tecidos urbanos e a valorização dos seus recursos materiais e simbólicos” são apresentadas como linhas de atuação, ou objetivos, que compõem a estratégia territorial Porto 2030 (*ibid.*: 35-41). No contexto de planeamento das transformações da cidade, a prática arqueológica contribui tanto para a preservação dos bens culturais inventariados como para a identificação de vestígios inéditos, cujo conhecimento é fundamental para abrir as possibilidades de compreender a espessura temporal do território e contribuir para a revitalização da identidade histórica enquanto eixo estruturante da atratividade do Porto. Atendendo ao modo como os vestígios arqueológicos podem concorrer na atratividade da cidade, este texto tem como objetivo apresentar a Carta de Património II – Património Arqueológico do PDMP, problematizando os limites e as possibilidades deste instrumento de gestão.

A Carta de Património Arqueológico é constituída por áreas de salvaguarda nas quais as operações urbanísticas são sujeitas a uma pré-avaliação de impacte patrimonial. Tal procedimento permite o desenvolvimento de trabalhos de arqueologia preventiva para minimizar o impacte das obras, contribuindo, assim, para a prossecução do objetivo de preservação da identidade cultural contemplado na estratégia Porto 2030. Considerando a importância deste instrumento de gestão, começaremos por explicar como foi elaborado e, refletindo sobre as dinâmicas de transformação dos territórios urbanos, discutiremos sucintamente como os bens arqueológicos podem participar no planeamento das cidades. Para tal, teremos em consideração o quadro de desafios que se colocam

---

1 O PDMP entrou em vigor no dia 08.07.2021 (Aviso n.º 12773/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de julho).

à elaboração das Cartas de Património (FERREIRA 2020, por exemplo) no “jogo global” em que se processa o planeamento das cidades (SEIXAS 2019) e o modo como a espessura temporal das cidades (ou a *deep city*, FOUSEKI, GUTTORMSEN, SWENSEN 2020) contribui para a construção da singularidade dos espaços urbanos. Desta perspetiva, pretende-se chamar a atenção da importância de uma prática arqueológica orientada para a exploração das diferentes dimensões dos vestígios como matéria de planeamento e criação dos espaços urbanos (GUTTORMSEN 2020). Por último, serão apresentadas as áreas de salvaguarda, salientando a diversidade de indícios e evidências arqueológicas, a sua importância no conhecimento da cidade e o seu potencial na valorização do urbanismo e singularidade identitária do Porto. Porém, devido ao volume de informação em questão, serão apresentadas apenas 11 das 100 áreas inventariadas (figura 1 e tabela 1), continuando-se a sua caracterização no próximo volume da revista.

## A ELABORAÇÃO DA CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

A elaboração de Cartas de Património no âmbito de Planos Diretores Municipais é o resultado de diferentes políticas, recomendações e instrumentos legais de planeamento e ordenamento do território que, na sua articulação, visam a implementação de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivos<sup>2</sup>. Na elaboração destes modelos, é enfatizado o papel do património cultural enquanto elemento de negociação identitária, coesão social, desenvolvimento económico e, por conseguinte, como recurso a ser considerado no planeamento dos territórios (FERREIRA 2020; FERREIRA, SILVA 2019; SILVA 2017; SILVA, FERREIRA 2020; VALE et al. 2021). No caso do Porto, uma Carta desta natureza foi, pela primeira vez, elaborada no âmbito do PDM 2006, expressando, entre outros contributos, o trabalho desenvolvido pela equipa multidisciplinar do projeto de Inventário do Património Arquitetónico do Porto (IPAP) e “um novo entendimento sobre o papel desempenhado pelas funções urbanísticas e estéticas na consolidação de uma imagem urbana na qual os imóveis e conjuntos com valor patrimonial poderiam desempenhar um papel assinalável para o desenvolvimento [da cidade]” (DMU 2021: 96; BESSA et al. 2018).

O sistema patrimonial do PDM 2006 considerava “Áreas com interesse urbanístico e arquitetónico” (Artigo 44.º), “Imóveis de interesse patrimonial” (Artigo 45.º), “Áreas de potencial valor arqueológico” (Artigo 46.º) e “Espaços verdes com valor patrimonial” (Artigo 47.º)<sup>3</sup>. Estes bens/áreas identificados/delimitados na Planta de Ordenamento – Carta do Património – desempenharam um papel fundamental na “Valorização da identidade urbana do Porto através da conservação dinâmica dos tecidos existentes e do desenho de novos tecidos coerentes e qualificados, do controlo das densidades e volumetrias urbanas e ainda da salvaguarda e promoção do património edificado e da imagem da cidade” (alínea a) do ponto 2 do Artigo 1.º). Observando a relevância estratégica no âmbito do Plano, o Sistema Patrimonial apresentava um regime que obrigava as operações urbanísticas previstas para essas áreas a serem analisadas pelos serviços municipais competentes. No caso das “Áreas de potencial valor arqueológico”, o regime estabelecia a obrigatoriedade de consulta prévia ao serviço municipal de arqueologia, que avaliava o impacto da obra e informava da eventual necessidade de medidas de minimização e condições de execução das intervenções arqueológicas (a este propósito, veja-se também SILVA 2008). Tal regime, apresentando diferentes modelos administrativos ao longo do período de vigência do PDM (RIBEIRO et al. no prelo), permitiu o

---

2 Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a nível nacional; e Convenção Europeia da Paisagem (CoE 2000), Convenção de Faro (CoE 2005) e Recomendação para as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO 2011), a nível internacional, por exemplo.

3 Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto, Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2006, publicada no *Diário da República* em 03.02.2006; alterado pelo Aviso n.º 14332/2012, publicado no *Diário da República* em 25.10.2012.

desenvolvimento de vários trabalhos de arqueologia preventiva que, assegurando a minimização do impacto arqueológico decorrente das obras, contribuíram para um melhor conhecimento da dimensão histórica do Porto.

As “Áreas de potencial valor arqueológico” definidas no PDM 2006 organizavam-se numa “tipologia de zonamento estruturada em quatro grandes categorias, duas delas decorrentes da classificação de imóveis ou conjuntos: ZAP e ZEP; outras duas resultantes da definição do Gabinete de Arqueologia Urbana: PEPA e ZOPA” (SILVA 2006: 213)<sup>4</sup>. A adoção destas unidades de proteção correspondia a um estratégico cruzamento da avaliação do potencial científico do território e das possibilidades proporcionadas pela legislação, designadamente a Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001). Tal opção se, por um lado, partia de um sólido e prospetivo conhecimento do potencial arqueológico do território (REAL 1984; REAL et al. 1985/86; OSÓRIO 1993; OSÓRIO, SILVA 1994; SILVA 2000, 2003, 2006), por outro dava também resposta aos princípios de atualização que devem orientar a elaboração das Cartas de Património (SILVA, FERREIRA 2020). O zonamento adotado, fundamentando-se na dimensão patrimonial e histórica reconhecida em diferentes imóveis, conjuntos ou áreas (ZAP e ZEP), em evidências materiais de carácter arqueológico (PEPA) e na possibilidade de ocorrência de evidências a partir de um diversificado conjunto de indícios (ZOPA), proporcionou o desenvolvimento de intervenções arqueológicas das quais decorreu uma progressiva aferição do inventário de bens arqueológicos, promovendo respostas mais adequadas aos desafios da gestão urbanística, da valorização patrimonial e do conhecimento do território (BESSA et al. 2018: 130-131).

O Sistema Patrimonial do PDM 2021 reflete o trabalho desenvolvido aquando da elaboração do PDM 2006, a atualização do inventário que levaria à sua revisão em 2012<sup>5</sup> e o diagnóstico realizado pelos técnicos da Autarquia, posteriormente enquadrado no *Relatório* apresentado pela equipa do Centro de Estudos de Arquitetura e de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FERNANDES et al. 2018). Desta aferição do estado do património cultural resultou um sistema que contempla “os bens imóveis de interesse arquitetónico, urbanístico, histórico, arqueológico e natural que, pela sua particular importância, contribuem para preservar a identidade da cidade e valorizar os seus tecidos urbanos e recursos materiais simbólicos” (ponto 1, Artigo 83.º). O Sistema Patrimonial continuou a ser constituído pelo “Património Arqueológico”, “Património urbanístico e arquitetónico” e “Património natural”, passando a integrar também “Estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local”. Em termos cartográficos, o Sistema Patrimonial está representado na Planta de Ordenamento – Cartas de Património I e II, correspondendo a primeira ao “Património urbanístico e arquitetónico e Património natural” e a segunda ao “Património arqueológico”<sup>6</sup>. Esta cartografia

---

4 No ponto 1 do Artigo 46.º do Regulamento do PDM, estas unidades de proteção foram definidas da seguinte forma: “a) Zonas especiais de proteção (ZEP), correspondendo aos perímetros legalmente definidos para imóveis classificados e que, para efeitos do presente Regulamento, compreendem ainda o perímetro de proteção da área classificada do centro histórico do Porto; b) Zonas automáticas de proteção (ZAP), correspondendo aos perímetros das zonas de proteção de 50 m de imóveis classificados ou em vias de classificação para os quais não esteja estabelecida a ZEP; c) Perímetros especiais de proteção arqueológica (PEPA), compreendendo áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados; d) Zonas de potencial arqueológico (ZOPA), compreendendo áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece, e ainda todas as igrejas não classificadas e de construção anterior ao século XIX, com um perímetro envolvente de 50 m.” De acordo com a alínea e) do mesmo ponto, eram também consideradas as áreas históricas (conforme definidas no artigo 9.º). Sem representação na Carta do Património, o ponto 3 do Artigo 46.º definia que são consideradas áreas de potencial valor arqueológico: “a) As áreas afetadas a empreendimentos de grande magnitude que impliquem escavações e revolvimentos de terra ou alterações da topografia inicial, como túneis, parques de estacionamento subterrâneos, abertura de novas vias e grandes arranjos urbanísticos; b) Os prédios afetados a operações urbanísticas de significativa relevância, nos termos do artigo 89.º do presente Regulamento.”

5 Aviso n.º 14332/2012, publicado no *Diário da República* em 25.10.2012.

6 Em articulação com estas Cartas, os “Conjuntos e imóveis de valor patrimonial, incluindo, designadamente, os imóveis classificados ou em vias de classificação” estão listados no Anexo I do Regulamento. Os “Estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local” encontram-se abrangidos pelo regime de reconhecimento e proteção Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, “bem como pelo Regulamento Municipal de Reconhecimento e Proteção “Porto de Tradição” que estabelece os critérios e as medidas de apoio e salvaguarda aos referidos estabelecimentos” (Artigo 101.º).

encontra-se disponibilizada *online*, em forma de mapas interativos<sup>7</sup> que, por sua vez, permitem a sua sobreposição com diferentes registos cartográficos e fotografias aéreas, nomeadamente a Carta da Cidade de 1892 de Teles Ferreira<sup>8</sup> e o levantamento de 1939/40<sup>9</sup>.

O trabalho de diagnóstico e caracterização que subjaz ao atual Sistema Patrimonial (FERNANDES et al.: *ibid.*) parte de uma conceptualização e de critérios de definição inspirados na *Recomendação para as Paisagens Históricas Urbanas*<sup>10</sup>. A adoção desta orientação teórico-metodológica e de gestão patrimonial resultou num reforço da perspetiva adotada no PDM anterior que, globalmente, enfatiza a necessidade de valorizar “a dimensão pluri-estratificada do património” (*ibid.*: 9) como recurso de planeamento e desenvolvimento. No que diz respeito ao património arqueológico, este ponto de vista paisagístico (holístico e integrado) permitiu perscrutar “a malha densa de toponímia antiga que sobreviveu na cartografia de Teles Ferreira” enquanto estratégia de reconhecimento de eventuais “modelos de ocupação e de exploração do território que hoje em dia parece terem desaparecido, mas dos quais poderão existir indícios soterrados que a metodologia arqueológica poderá recuperar e inserir na valorização do território” (*ibid.*: 80).

A análise da cartografia de Teles Ferreira permite o reconhecimento de diferentes tradições de ocupação do espaço cuja emergência ocorreu em diferentes períodos históricos e enquanto modo de exploração de distintos recursos naturais. As dinâmicas de apropriação e marcação territorial dos finais do século XIX surgem como um complexo palimpsesto onde se misturam tradições urbanas, rurais e industriais de raízes temporais diversas. Tal leitura da cidade, cruzada com os resultados das intervenções arqueológicas, possibilitou o equacionamento de diferentes modalidades de ocupação do espaço: centros urbanos; áreas intramuralhas; vários tipos de assentamentos (da Idade do Bronze, proto-históricos e romanos; ribeirinhos e rurais; relacionados com a rede paroquial e com a circulação de pessoas e bens; associados à expansão da cidade); equipamentos de natureza não habitacional; eixos viários regionais e locais; e necrópoles (*ibid.*: 81-100). A articulação entre esta leitura do desenvolvimento da ocupação humana do território e a análise da variabilidade das condições de preservação de contextos arqueológicos resultou num reforço do reconhecimento do potencial do património arqueológico municipal (*ibid.*: 101-103). Para efeitos de gestão e salvaguarda, foram considerados dois tipos de áreas: AVA – Área de Valor Arqueológico e APA – Área de Potencial Valor Arqueológico (*ibid.*: 103-104).

O zonamento da nova carta, partindo das áreas de proteção arqueológica do PDM anterior, abarca uma maior extensão do território. Na delimitação das AVA que, na sua maioria partem das anteriores ZAP, ZEP e PEPA, atendeu-se às condições de preservação de vestígios na envolvente e, verificando-se boas condições de jazida, o perímetro segue a extensão dos lotes onde tal acontece. As APA, por sua vez, apresentam uma relação com as anteriores ZOPA, obedecendo a uma lógica de delimitação que atenta também às características geográficas dos locais e à possibilidade de ocorrência de vestígios. De um modo geral, este zonamento segue os mesmos princípios usados anteriormente, ancorando-se nos resultados que a sua aplicação permitiu obter desde a publicação do PDM 2006 e explorando tal conhecimento como forma de redefinição do potencial arqueológico

---

7 Disponíveis a partir de <https://geopdm.cm-porto.pt/dendrograma/pdm2021>.

8 Sobre a relevância deste levantamento topográfico do ponto de vista da compreensão do desenvolvimento urbano do território municipal, é de mencionar o projeto Cartas Históricas Interativas do Porto, no âmbito do qual o levantamento está disponível numa base SIG, em permanente atualização, que disponibiliza documentação histórica. Disponível em <https://www.cm-porto.pt/cartas-historicas-interativas-do-porto/cartas-historicas-interativas-do-porto>.

9 As fotografias que compõem este registo da cidade estão disponíveis em <https://gisweb.cm-porto.pt/>, sendo acompanhadas de uma breve descrição sobre diferentes aspetos da área a que respeitam (referindo, por exemplo., arruamentos, bairros, edifícios públicos, unidades de indústria, comércio ou outros serviços).

10 Ver Recomendação da UNESCO citada na nota 2.

do território. No mesmo sentido, procura dar resposta aos desafios do desenvolvimento urbano do território, reconhecendo a profundidade temporal de áreas que, nos próximos anos, serão palco de profundas transformações.

No Regulamento do PDM em vigor, o trabalho de diagnóstico e caracterização desenvolvido na revisão da Carta de Património expressa-se na Secção II do Sistema Patrimonial, na qual são definidas as áreas de salvaguarda arqueológica (Artigo 96.º) e estabelecido o regime que possibilita o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas (Artigo 97.º). Estas áreas de salvaguarda arqueológica e este regime asseguram a continuidade da prática de salvaguarda arqueológica do PDM 2006. Uma prática multifacetada na qual o Município é desafiado a desempenhar um papel de colaboração com diferentes intervenientes. Das especificidades dos projetos de obras decorre a necessidade de implementação de diferentes planos de minimização, cuja compreensão é fulcral para os promotores. Para tal, o Município disponibiliza um documento com as condições de execução das intervenções arqueológicas, que possibilita um melhor planeamento e gestão da obra. Na sua elaboração, a apresentação do quadro de referência histórico-arqueológico que justifica a intervenção contribui, simultaneamente, para o planeamento da intervenção por parte da equipa responsável. Este documento, atentando ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014) e às circulares vigentes, apresenta um conjunto de orientações para a identificação/inventário das intervenções e para a constituição/gestão do seu arquivo e reserva. O enquadramento legal da prática arqueológica exige também uma articulada colaboração com a entidade de tutela (Direção-Geral do Património Cultural), que se desenvolve através da Direção Regional de Cultura do Norte, num contínuo trabalho de acompanhamento das intervenções em curso na cidade. Em suma, o articulado acima referido (o Sistema Patrimonial do qual faz parte e a Carta com o qual se corresponde), sintetizando o trabalho de investigação e a salvaguarda patrimonial que o Município tem desenvolvido, visa também continuar a estimular uma prática de colaboração quotidiana; uma colaboração na qual, entre o (des)ajustamento das vontades, é redescoberta a dimensão cultural, social e económica dos vestígios arqueológicos e negociada a sua gestão na transformação e no desenvolvimento da cidade.

## **OS DESAFIOS DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS**

O presente contexto de requalificação urbana e o grande volume de projetos imobiliários no Porto fazem multiplicar as exigências e as pressões no âmbito da prática de salvaguarda do património cultural. Estes desafios de gestão do património cultural são ainda mais exigentes e complexos se tivermos em conta que o planeamento urbano é desenvolvido no contexto do competitivo “jogo global das cidades”, de que nos fala o antropólogo Paulo Castro Seixas (2019). Neste jogo, a atratividade dos territórios é construída em face de um crescente conjunto de solicitações relacionadas com diferentes políticas de escala global. A diversidade de objetivos de desenvolvimento sustentável (ambiental, laboral, tecnológico, entre outros), em associação a instrumentos de aferição (os *rankings* das cidades, por exemplo), tem como resultado a diversificação das estratégias de gestão e planeamento urbano, assistindo-se a uma proliferação de modelos de políticas de cidade (*ibid.*: 30-34), entre as quais sobressaem a *smart city* e a *green city* (como forma de dar resposta a questões tecnológicas e ambientais, respetivamente). Entre a competitividade e complementaridade de tais modelos, proliferam as condições e os desafios de gestão do património cultural, desafiando ao planeamento de nexos espaço-temporais que excedam os horizontes da nostalgia ou do progressismo e contribuam para a recriação da experiência da temporalidade da/na cidade (*ibid.*: 31).

A emergência de diferentes modelos de políticas de cidade tem sido acompanhada por uma crescente preocupação acerca do modo como o património cultural pode participar no planeamento

sustentável das transformações dos territórios urbanos. As questões que se colocam são importantes, não só porque interrogam o papel do património cultural nas dinâmicas urbanas dos dias de hoje, como também permitem revisitar os princípios de reconhecimento, salvaguarda e valorização dos bens culturais. Neste sentido, é de salientar que, ao longo dos séculos XX e XXI, temos assistido a uma contínua alteração dos valores que definem e orientam a gestão do património cultural, visando dar resposta aos projetos de territórios mais sustentáveis e de comunidades mais justas, democráticas e críticas (LANDORF 2019; FOUSEKI *et al.* 2020; PASTOR PÉREZ, DÍAZ-ANDREU 2021, 2022). Em linha com esta reflexão e em face da crescente importância de modelos de cidades focados apenas no presente e no futuro (como é o caso da *smart city* e da *green city*), K. Fouseki, T.S. Guttormsen e G. Swensen (2020) salientam a espessura temporal como uma característica intrínseca à natureza das cidades e, por conseguinte, como um recurso vital para compreender os territórios urbanos, gerir as suas transformações e projetar o seu planeamento. Cientes da importância do património cultural no desenvolvimento urbano, os autores propõem o conceito de *deep city* como forma de explorar e integrar as diferentes temporalidades históricas que atravessam e se expressam nos territórios urbanos. Tal conceito reforça a imagem da cidade como um espaço de constantes e longos processos de reconfiguração cultural, cujo conhecimento é relevante no equacionamento de soluções mais inovadoras e criativas de planeamento urbano. Estes autores salientam que os processos de reconfiguração histórica podem ser reconhecidos em diferentes bens culturais que, por sua vez, podem ser diferentemente integrados e contribuir para os diversos processos de transformação que as cidades experimentam com os desafios globais do mundo contemporâneo. Assim, apresentam a exploração da espessura temporal das cidades como uma estratégia de valorização da sua singularidade e, por conseguinte, de reforço da sua atratividade em termos de qualidade dos espaços e das condições de vida das comunidades.

O conceito de *deep city* abre um caminho exploratório na gestão do património cultural e, simultaneamente, uma via de diálogo com os diferentes modelos de políticas de cidade (SEIXAS 2019). Desta perspetiva, é um caminho propício à multiplicação das possibilidades de se discutir o espaço de inscrição do conhecimento e dos bens arqueológicos em meio urbano. Tal tem sido o propósito do serviço municipal de arqueologia da Câmara Municipal do Porto que, desde a década de 1980, colabora com outros serviços e diferentes agentes socioeconómicos municipais para demonstrar a importância da salvaguarda e valorização de vestígios arqueológicos na definição da identidade da cidade (SILVA 2000, 2003, 2014). Entre um trabalho de mediação cultural e regulação da prática arqueológica, o serviço tem-se batido pela integração da arqueologia enquanto prática integrante da cidade e, no mesmo sentido, contribuído para dar resposta aos diferentes desafios que a arqueologia urbana tem enfrentado nas últimas décadas em Portugal (BUGALHÃO 2017; GÓMEZ-MARTÍNEZ, RAFAEL, TORRES 2016; LEMOS 2008/09; LOPES 2018; MARTINS, RIBEIRO 2009/10; SILVA 2014, 2015, por exemplo).

O papel que os vestígios arqueológicos podem desempenhar no planeamento urbano encontra-se intimamente articulado com o modo como se (re)constrói ou se faz a gestão da identidade das cidades. No atual “jogo das políticas de cidades” (SEIXAS 2019) são múltiplos os modelos de cidades e, por conseguinte, são diversas as estratégias de (re)criação, transformação e expansão de determinados traços identitários. A este propósito, é de relembrar a perspetiva apresentada por Peter Marcuse (2003) no colóquio *Pluralidades Portuenses*, realizado durante a Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. Nesta intervenção, o urbanista salienta que é possível reconhecer dois eixos de atuação na identidade urbana: um define-se pela sua verticalidade temporal, estando centrado no próprio espaço urbano e na sua continuidade histórica por forma a descobrir/demonstrar o seu carácter único ao longo do tempo; o outro eixo de atuação é horizontal, centrado no presente e assentando na valorização/construção de particularidades que diferenciam as cidades entre si. Durante o ano de 2001, o Porto experimentou o ímpeto destes dois eixos de atuação, sendo palco

da execução de diversos projetos de requalificação que procuravam aproximar as políticas cultural e urbanística. Com estas obras, foram sendo trabalhadas as condições para visitar e transformar os diferentes espaços que concorrem hoje em dia na identidade da cidade. Vinte anos depois, a estratégia territorial Porto 2030 pretende continuar a promover um modelo de desenvolvimento urbano orientado para a harmonização de diferentes dimensões da vida da/na cidade (DMU 2021: 35-41) e, por conseguinte, comprometido com o entrecruzamento dos diferentes eixos em que se tece um “cada vez mais vibrante, inclusivo e resiliente Porto” (DMU 2021: 35).

Os desafios que a arqueologia urbana enfrenta inserem-se, pois, em horizontes de atuação e de sentido muito amplos, exigindo um leque diversificado de respostas. Parte dessas respostas podem decorrer da superação dos limites do contexto de arqueologia preventiva em que se desenvolvem os trabalhos. O “princípio da conservação pelo registo científico”<sup>11</sup>, salvaguardando o conhecimento dos bens arqueológicos, não assegura a sua plena valorização do ponto de vista científico e patrimonial. Tal valorização acontece, pontualmente, através da ação de diferentes agentes da prática arqueológica que se debatem pela articulação dos resultados das intervenções em programas de investigação mais amplos ou pela integração dos vestígios nos projetos de arquitetura que espoletaram os trabalhos. Em ambos os casos, a superação dos limites do “princípio da conservação pelo registo científico” passa pela mediação desenvolvida pelos arqueólogos, da qual resulta um (re)planeamento de projetos de investigação e de arquitetura (MARTINS, RIBEIRO *ibid.*; SILVA 2005; FERNANDES 2005, por exemplo). As experiências de integração dos bens arqueológicos em novos espaços arquitetónicos desafiam a pensar o papel dos vestígios em escalas mais amplas, nas quais é possível proceder a uma revisitação de conceitos arqueológicos a partir da perspectiva do planeamento urbano, como nos propõe o arqueólogo T. S. Guttormsen (2020). No repto deste autor, a espacialidade dos bens arqueológicos é entendida enquanto recurso na diversificação do planeamento das soluções urbanísticas, perspectivando as qualidades estéticas dos contextos de abandono, acumulação, estratificação e palimpsesto, em que ocorrem os vestígios arqueológicos, como fontes de inspiração a explorar na conceção de espaços urbanos.

Na proposta de T. S. Guttormsen, cuja discussão em pormenor excede os propósitos deste texto, talvez se encontrem novas formas de exceder os limites da prática arqueológica em meio urbano através do cruzamento dos trabalhos de inventário, salvaguarda e planeamento. A este propósito, é de salientar a convergência de tal proposta com os desafios que a arquiteta Teresa Cunha Ferreira (2020) reconhece na elaboração das Cartas de Património. Mais do que um inventário de bens, entende que estes instrumentos devem ser elaborados e explorados como pontos de partida para se pensar uma gestão urbana mais ampla, que “não se devem limitar à listagem estática de bens (tradicionalmente apenas relacionadas com valores tangíveis), mas funcionar como instrumentos integradores, dinâmicos e operacionais para o desenvolvimento urbano (gerindo valores tangíveis e intangíveis)”<sup>12</sup> (*ibid.*: 163). Ainda que haja um longo caminho a percorrer até se definir soluções que concretizem instrumentos com estas valências e assegurem a sua aplicação, é possível, porém, ler as atuais Cartas do Património desta perspectiva. Este é o desafio que se coloca à leitura do próximo ponto: olhar para os indícios e evidências que conformam cada área de salvaguarda arqueológica do PDMP 2021 como elementos que desafiam o conhecimento da espessura temporal da cidade e, nessa medida, abrem as possibilidades de planear o seu futuro.

---

11 Ponto 1 do Artigo 75.º da Lei n.º 107/2011 – Lei de Bases do Património Cultural.

12 Tradução livre dos AA.

## AS ÁREAS DE SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA DO PDMP 2021

“O passado não ficou para trás, como que um estado de coisas mais antigo. Está à nossa frente, connosco. (...) As criações materiais – objetos, sítios, paisagens – morrem quando deixam de mudar, e a sua memória morre também.” (OLIVIER 2011: 9)

“É inútil imaginar que o passado é uma substância secreta escondida em obscuros lugares aguardando a sua revelação. Os vestígios do passado estão ao nosso redor, e nós habitamos o passado de maneiras importantes.” (THOMAS 2004)

“A arqueologia trabalha entre o que as coisas são e aquilo que já foram; ou seja, move-se entre o que as coisas são e o que podem ou não ter sido. No decorrer desse movimento, co-construímos um passado trabalhado com ruínas, depósitos, cortes, artefactos – coisas. A arqueologia não cultiva, ou cuida, de um passado separado do presente, está no espaço público procurando ativar passados que co-existem no presente.” (WITMORE 2013: 141)

“Todos os aspetos da temporalidade histórica estão disponíveis para serem usados no desenho da cidade, fornecendo – de diferentes formas – recursos para usufruto, reflexão e inspiração dos cidadãos.” (GUTTORMSEN 2020: 40)

As citações<sup>13</sup> que abrem este ponto seguem o repto que acima lançámos para ler a Carta de Património Arqueológico no contexto dos seus limites e possibilidades. É uma leitura que se pretende que seja feita a partir da discussão dos desafios apresentados anteriormente e de uma perspetiva que enfrenta o devir das coisas, atentando às múltiplas formas como habitamos entre fragmentos do passado que estão em mudança. Nesta mudança, o passado é co-construído entre manifestações mais fortes (ou com nítidas expressões arqueográficas) e realidades mais ambíguas (que abrem pistas para reconhecer ou estar atento à possibilidade de outros vestígios). Assim, a prática arqueológica é um modo de sermos contemporâneos das nossas cidades (das cidades do passado, do presente, do futuro e das cidades por descobrir). O património arqueológico está inserido numa dinâmica de mudança, sendo necessário garantir que os arqueólogos participam nesta mudança, adequando a sua atuação no sentido de reinventar o seu trabalho e contributo neste contexto de transformação onde se joga com os sentidos do passado e, por conseguinte, com o sentido da própria arqueologia.

Na apresentação das áreas de salvaguarda, optamos por criar grupos cuja (in)coerência deve ser entendida como uma estratégia para alargar os horizontes do sentido dos indícios e evidências que as fundamentam. Como se verá, a abordagem adotada para cada grupo segue um conjunto de obras de referência para elaborar uma contextualização histórico-geográfica de base e chamar a atenção para determinados traços das diferentes paisagens históricas que se entrelaçam, escondem e suportam a morfologia da cidade. As descrições não são exaustivas e, por vezes, apresentam lacunas que se prendem com a falta de estudo dos resultados das intervenções arqueológicas; de qualquer modo atendeu-se às especificidades de cada grupo, demonstrando-se a importância da sua salvaguarda. A leitura das próximas páginas permite, então, obter um breve ponto de situação que será útil para a atividade arqueológica, para o planeamento urbano e para quem pretenda desenvolver estudos mais aprofundados. Sobre tais estudos, é necessário salientar que são cada vez mais urgentes em face dos múltiplos resultados das inúmeras intervenções de arqueologia preventiva. Com efeito, estamos cientes que o ritmo acelerado desta prática arqueológica não é propício a um adequado

---

13 Tradução livre dos AA.

reconhecimento da relevância dos achados, resultando num desconhecimento que é necessário ultrapassar (RIBEIRO *et al*: no prelo). Não obstante todas as limitações, a breve caracterização das áreas demonstra que, a par da monumentalidade do Centro Histórico, o Porto é um território com um diversificado conjunto de bens arqueológicos com potencial científico, patrimonial e urbanístico, cuja salvaguarda é necessário acautelar e cujo papel na transformação da cidade é necessário valorizar.

#### **AVA 41 — Rio Douro**

O rio Douro, eixo primordial de circulação de pessoas, apresenta-se como um arquivo para a compreensão da formação do território e da história da cidade: “No Douro embalou a cidade os seus sonhos mais nobres e escreveu alguns dos seus mais notáveis pergaminhos de glória. O rio foi ao mesmo tempo o seu palco de grandezas e de misérias; remansoso, acrescentou-lhe beleza e dignidade; furioso e crescido, desafiou-lhe os muros e galgou-lhe os cais; arrastou e perdeu barcos, vidas e fazendas” (OLIVEIRA 1973: 121). As especificidades da morfologia do Douro no espaço municipal (*ibid.*: 121-176) fomentou, ao longo do tempo, o desenvolvimento de diferentes estratégias de navegação e exploração dos seus recursos (BARROS 2004; MARTINS 2014). A “domesticação” das suas margens é um contínuo processo construtivo que, na atualidade, traduz-se em diferentes estruturas portuárias das épocas Moderna e Contemporânea (SILVA, BARBOSA, MAIA 2020), apresentando diferentes graus de reconstrução e distintos diálogos arquitetónicos com a envolvente. Enquanto protagonista da cidade, o rio é um palco de memórias que se expressam de diferentes modos (PEREIRA, BARROS 2001) e que, na multiplicidade destas expressões, permite cruzar áreas de conhecimento tão distintas como a história do clima e a história das mentalidades (AMORIM, SILVA, GARCIA 2017, por exemplo). Do ponto de vista arqueológico, pretende-se acautelar a ocorrência de elementos que possam concorrer na ampliação desta memória da relação entre o rio e a cidade. A recolha de um cepo de âncora em chumbo, provavelmente romano, junto ao farolim de Felgueiras (SILVA 2011) e a estátua do «Togado», encontrada no rio próximo ao farol de S. Miguel-o-Anjo, em 1868 (BARROCA 2011: 47-51; SILVA 2006b), remetem para a importância do Douro desde a Antiguidade (DIAS, ALARCÃO 2018), advertindo para a necessidade de preservar o rio enquanto um heterogéneo e vasto arquivo material. Afinal, “não fora a tenacidade do duriense em luta contras as fragas e do mercador contra o mar e o Douro não seria o Douro e o Porto não seria o Porto. Dessa tenacidade e do saber que daí resultou fica-nos o património histórico, arquitetónico, urbanístico e paisagístico que são a cidade do Porto e o Vale do Douro” (LOZA 1993: 44).

#### **AVA 40 – S. Pedro de Miragaia, AVA 74 – Guindais e AVA 95 – Centro Histórico do Porto**

Estas áreas de salvaguarda arqueológica respeitam à imagem mais icónica do Porto, diariamente apreciada por inúmeros visitantes a partir do Jardim do Morro, em Vila Nova de Gaia, e, especialmente, por quem vive e trabalha na cidade. A paisagem que vemos é um “conjunto resultante de um processo histórico de construções, destruições e reconstruções, com milhares de anos e ainda em curso” (LOZA, MOURA 1993: 40), sendo nas marcas desta mutabilidade (no engenho, esforços e vontades que lhe subjazem) que reside o seu valor patrimonial (*ibid.*). A pressão urbanística a que tem sido sujeita nas últimas décadas esta área da cidade tem resultado num alargado número de intervenções de arqueologia preventiva.

O lugar de Miragaia abre-se em anfiteatro sobre o Douro, moldurado pelas vertentes dos montes do Olival e dos Judeus, separados pelo vale do rio Frio, pequeno curso de água que brotava do bolhão do Carregal, desaguando junto ao areal. A antiga praia, onde assentou o estaleiro da cidade medieval, desapareceu sob o aterro criado na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX para a construção do novo edifício alfandegário do Porto e abertura da Rua Nova da Alfândega. A fisionomia do lugar

alterou-se por completo: a ampla panorâmica sobre Gaia desapareceu, erguendo-se uma extensa e alta barreira frente ao antigo casario. E assim o lugar deixou de *mirar Gaia* e o Monte do Castelo, o *Portucale Castrum Antiquum* do Paroquial Suevo (SILVA 2021, I: 582-599).

A situação estratégica de Miragaia, junto à última curva do Douro antes do cais da cidade, fez com que o local se tenha transformado num posto de vigia da urbe, controlando a navegação fluvial. Aqui se hasteava a bandeirinha da saúde – origem do topónimo da Rua da Bandeirinha – num ponto de grande visibilidade à ordem do Guarda-Mor da Saúde, depois da necessária inspeção realizada às embarcações (MARTINS 2021). Aqui se construiu o forte de S. Filipe, pequeno baluarte adossado à cerca gótica, que, articulado com a fortaleza de S. João da Foz, defendia a cidade em caso de ataque dos corsários que ameaçavam a costa. Miragaia torna-se um lugar avançado do Porto, por onde entravam, em cortejo solene, as dignidades em visita à cidade a partir do reinado de D. Manuel, monarca que mandou edificar a Porta Nobre ou Nova, aberta ao rio por onde chegavam as naus da carreira da Índia. Mas que lugar era este?

Datam de 1996 as primeiras escavações aqui realizadas pelo serviço municipal de arqueologia, tendo-se multiplicado, sobretudo nos últimos anos, as intervenções arqueológicas, descobrindo-se novos achados romanos a somar aos já referenciados: o da estela funerária em granito (REDENTOR 2011: 268-269), recolhida no decurso de obras de desaterro junto à Igreja de Miragaia, sem o devido acompanhamento arqueológico, e o de uma ara romana dos séculos I-II, entretanto desaparecida (*ibid.*: 165). Contudo, não foi ainda possível identificar estruturas coevas dos espólios romanos, provavelmente soterradas em leito de cheia do Douro. O estudo das condições climatéricas e das oscilações do nível do rio e do mar constitui um auxiliar precioso na análise do comportamento e uso das áreas ribeirinhas e costeiras, na sua relação com a navegação e exploração dos recursos fluviais e marinhos. Apesar daquela condicionante, que afeta, sobretudo, o registo arqueológico nas áreas próximas do rio, a romanização do lugar é um dado inquestionável (SILVA 2010: 221, 225, 250).

À parte da tese da mítica sagração da igreja de S. Pedro de Miragaia como primeira sé do Porto (REIS 1990: 49-50), os elementos referenciados por Manuel Real para o primeiro templo, apontam para uma cronologia dos séculos IX-X (SILVA, REAL 2022: 20-21). No entanto, a presença de importantes edifícios romanos na zona ribeirinha da cidade, a poente do rio da Vila, revela uma paisagem urbanizada na época Tardo-romana que estamos ainda longe de compreender em toda a sua extensão (SILVA 2021, I: 553-558). Neste contexto, não será descabida a formulação de uma hipótese de trabalho que aponte para a existência, no território em redor da civitas-diocese, de um ou outro templo no período visigótico, à semelhança da basílica e necrópole implantadas numa chã a poente do Castelo de Gaia, frente a Miragaia (NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2008).

Na época Medieval, a instalação do estaleiro da cidade na praia de Miragaia terá provocado uma completa transformação na fisionomia desta área, e em finais do século XV e inícios do XVI surgem indícios de uma nova transformação do desenho urbano, registada na intervenção do imóvel n.º 76 da Rua de Miragaia (OSÓRIO, SILVA 1996). Do cruzamento dos dados da escavação arqueológica com a leitura do parcelário e do espaço público envolvente, foram percecionadas algumas ruturas na organização do espaço nessa altura, quando se inicia a mudança do antigo estaleiro para o Ouro. Assim, a atual frente urbana terá origem no quadro de uma intervenção realizada no limite da praia de Miragaia, provavelmente ainda em finais do século XV, quando foi construída uma barreira de proteção das águas do Douro. Esta obra terá provocado a progressiva estabilização do areal, permitindo uma frente de circulação, mais protegida, e uma nova composição da frente urbana, edificada no tradicional sistema de *cobertos*. O principal eixo viário do lugar transfere-se do alinhamento interior das ruas da Barreira, Arménia e Ancira, para o novo espaço fronteiro à praia, quase um terreiro, a Rua dos Cobertos, hoje Rua de Miragaia. Também ao nível do parcelário se registaram alterações:

as estruturas identificadas no interior do imóvel apontam para a reconfiguração dos lotes existentes. O anterior casario, desalinhado e por certo com logradouro voltado ao rio, é progressivamente substituído por novos edifícios de fachada voltada a sul. No lado oposto, a Rua Ancira perde prestígio e dimensão, tendo sofrido um provável estreitamento. Na intervenção arqueológica realizada nos n.ºs 1-2 do Largo de S. Pedro de Miragaia (SOARES, GONÇALVES 2019/20), foi descoberto o cunhal de um edifício que avançava para o atual largo, o qual, pela largura do alicerce, teria uma dimensão assinalável. A incerteza quanto à cronologia da sua construção – seguramente anterior ao século XVI – limita a interpretação dos dados, mas permite confirmar a alteração do espaço urbano registada na intervenção anterior.

Na vertente do Monte dos Judeus, o achado, descontextualizado, de um machado polido de provável cronologia pré-histórica (NASCIMENTO 2003), ocorrido ainda no decurso do anterior PDM, continua sem paralelo. Em contraste com a aridez de referências a níveis de ocupação antigos, as intervenções arqueológicas realizadas no Monte dos Judeus aportaram novos dados para a compreensão da ocupação humana na zona, tendo sido identificados materiais romanos, ainda que escassos, num dos imóveis intervencionados na Rua da Bandeirinha (PEREIRA 2007). Também neste arruamento, que faz a ligação da cota alta à zona ribeirinha junto a Monchique, foi descoberto um conjunto de sepulturas escavadas no substrato rochoso, no quintal localizado nas traseiras do prédio (PEREIRA 2019). A ausência de espólios e de contextos ocupacionais associados às sepulturas recomenda a ampliação da investigação nos lotes vizinhos, mas os dados existentes permitem relacionar esta necrópole com o antigo cemitério judaico, anterior à criação da Judiaria do Olival, por D. João I, em 1386. Aliás, a hipotética necrópole encontra-se nas proximidades do Convento de Monchique, local onde estaria a antiga sinagoga, de que é testemunha a inscrição recolhida no seu interior, atualmente exposta no Museu do Carmo, em Lisboa.

A meia encosta, implantada em patamares que descem até ao Douro, é possível reconhecer as diferentes arquiteturas do extinto Convento de Monchique, dividido em dois lotes e vendido em hasta pública na vigência do primeiro regime liberal. No lote situado do lado poente, onde se inclui a antiga igreja tardo gótica e o claustro conventual, as escavações revelaram estruturas e níveis de ocupação relacionados com as diferentes fases construtivas do convento (TEIXEIRA, FONSECA 2016). A par de um valioso conjunto artefactual da 1.ª metade do século XVI, início da edificação do monumental complexo – de que os azulejos hispano-árabes são um exemplo – e de um volume assinalável de espólios dos séculos XVII e XVIII, merece destaque o aparecimento de um singular achado: na réstea de logradouro voltado ao rio, em cuja margem se podem ainda observar as estacas do antigo cais, e a cerca de metro e meio de profundidade, jazia a estrutura de um carro de bois, num estrato argiloso e lamacento, possivelmente coevo da construção do convento (PINHEIRO 2018/19).

Da alta penedia que desce ao Douro junto ao Morro da Sé, num movimento abrupto acompanhado pelo imponente parapeito da cerca gótica, arranca a arriba que percorre a margem do Douro, da Lada a Campanhã – os Guindais. A adversidade do relevo não foi impedimento para a lenta, mas ininterrupta ocupação humana, aproveitando as pequenas plataformas que foram sendo desbastadas e completadas com muros em socalco, acompanhando o avanço dos degraus, possivelmente, e num primeiro momento, escavados no próprio afloramento, e depois transformados em lanços de escadas por iniciativa municipal. Devido aos condicionalismos do relevo e à abundante presença de linhas de água, na área dos Guindais e dos Carvalhos de Monte, não se identifica, até ao fim da época Medieval, qualquer aglomerado digno desse nome. Na plataforma superior, a fixação humana terá acompanhado o percurso da estrada de saída da cidade pelo antigo postigo do Carvalho ou de Santo António do Penedo, que João de Almada e Melo transformou, em 1768, na imponente Porta do Sol, ligando à rua do mesmo nome. A presença do eixo viário poderá estar relacionada com o aparecimento de alguns

fragmentos cerâmicos, provavelmente romanos, encontrados na Rua do General Sousa Dias, junto ao Recolhimento e Capela de Nossa Senhora das Dores (PINTO, LOUREIRO 2015).

Nas escavações realizadas na última década no quarteirão da Rua do Sol e do Largo do Actor Dias, a fraca potência estratigráfica e conjuntos artefactuais poucos expressivos, com cronologias que variam entre os séculos XVIII e XIX – e algumas ocorrências de inícios da época Moderna – são denominadores comuns. Já na zona de escarpa, onde pontuavam ilhas e barracas da cidade Oitocentista, a arqueologia confirma as cronologias do edificado, na sua maior parte de finais do século XIX. Mais a nascente, no sítio da Corticeira, o acompanhamento da obra de consolidação urgente das ruínas das fábricas de louça do Carvalhinho e da Corticeira permitiu resgatar um considerável conjunto de objetos, relativos a utensílios e produções, e registar as estruturas industriais sobreviventes, paredes meias com os vestígios barrocos da antiga brévia dos Jesuítas, da Quinta da Fraga, cuja origem remonta ao século XVI (FERREIRA 2018: 80). Do outro lado da calçada da Corticeira, a existência da Capela de S. João e de uma casa atorreada datável de final de Quinhentos e servida pela calçada, permite recuar este lugar ao século XVI, mas a sua génese poderá ser anterior, sugerida pela presença de moinhos e de um ancoradouro junto ao rio. No cais dos Guindais, topónimo que remete para mecanismos que guindavam as mercadorias transportadas, sobretudo, pelas barças que chegavam do Douro, as profundas transformações urbanísticas deverão ter anulado os vestígios dos antigos sistemas. Na ausência das materialidades tão caras à arqueologia, detemo-nos na cartografia dos séculos XVIII e XIX, preciosos registos de construções e topónimos, autênticas camadas de tempo que se podem ler como se de uma estratigrafia se tratasse.

No que diz respeito ao Centro Histórico do Porto, e na impossibilidade de elencarmos as centenas de trabalhos aqui desenvolvidos e seus resultados, salientamos os estudos relativos à escavação do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, 5 (REAL *et al.* 1985/86), e da Casa do Infante (REAL *et al.* 1995, por exemplo), o recente relatório da Porto Vivo, SRU (LOZA 2021) e o levantamento de intervenções da Rua da Flores elaborado pelo serviço municipal (RIBEIRO *et al.* no prelo). Estas duas últimas publicações apresentam um balanço da atividade arqueológica dos últimos anos, destacando-se os seguintes aspetos: a intensificação do número de intervenções; a importância da diversificação das medidas de minimização adotadas<sup>14</sup>; e, por último, a relevância dos resultados obtidos, que têm permitido documentar os momentos mais antigos da ocupação do espaço, bem como registar e chamar a atenção para uma vivência tradicional que está em vias de desaparecer, nomeadamente as atividades relacionadas com o comércio e a indústria (OSÓRIO, SOUSA, PEREIRA 2021; RIBEIRO *et al.* no prelo). Em face dos vestígios que são destacados nestes balanços, é facilmente apreensível que as condições de trabalho não são as mais propícias ao aprofundamento da investigação arqueológica, nomeadamente devido aos constrangimentos das áreas de intervenção e às dificuldades em realizar uma leitura mais alargada dos vestígios identificados. Não obstante os conflitos de interesse dos vários intervenientes, é de notar o esforço de colaboração e compromisso na salvaguarda desta herança cultural.

### **APA 3 – Capela das Almas, APA 9 – Almada e Bonjardim, APA 10 – Santo Ildefonso e São Lázaro, AVA 14 – Poço das Patas, APA 17 – Santa Catarina e Formosa e APA 67 – Fradelos**

“Todos os caminhos vão dar a Roma”, provérbio popular radicado na rede viária de ligação entre os principais centros administrativos que os romanos construíram ao longo do seu vasto Império, amplamente continuada durante a Idade Média, embora de fábrica distinta e com novas

---

<sup>14</sup> Designadamente do acompanhamento arqueológico com registo do edificado, necessário para descodificar nos edifícios a sua biografia construtiva que, muitas das vezes, tem raízes medievais, sendo que é a partir desta análise que, frequentemente, se consegue esclarecer os dados obtidos na escavação.

funcionalidades (ALMEIDA 1968: 16-17). A permanência de alguns caminhos inter-regionais, referidos na documentação medieval como *veterem* ou *antiquam*, justifica o epíteto de “estrada velha” (*ibid.*: 49). As *vias carrarias* – próprias para o trânsito de *carros* – eram tão essenciais aos moradores do burgo do Porto como aos do seu termo, pois delas dependia a sua subsistência (OSÓRIO 2021). Nesta área da cidade, registamos a presença de duas “estradas velhas”, importantes eixos viários medievais que desencadearam certamente a criação de alguns lugares e de muitos dos caminhos que a elas vieram encostar de modo a agilizar a circulação de mercadorias, bens e pessoas (*ibid.*). Primeiramente pela Porta de Santo Elói e depois pela Porta de Carros (concluída em 1526) da cerca gótica, seguia-se em direção a Guimarães, pela Rua do Bonjardim (ALMEIDA 1968: 171) em direção ao Largo ou Alameda da Aguardente (atual Praça do Marquês do Pombal), continuando pela Cruz da Regateira até à Areosa. O lugar do Bonjardim vem já referido no testamento do bispo do Porto, D. Vicente Mendes, de 1296 (FREITAS 1999: 71). Um pouco mais acima, em 1283, documenta-se o lugar de *Fradellos*, com dois “casais” (*ibid.*: 169). À Capela de Santo António da Porta de Carros, edificada a partir de 1658 e doada em 1680 pela Câmara do Porto à Congregação de S. Filipe Néri dos Clérigos Reformados do Oratório, juntamente com um campo anexo para construção do convento, sucedeu-lhe a atual igreja, erigida entre 1694 e 1703, tendo integrado na capela-mor parte do anterior templo (ALVES 1993). Recentemente, em edifício contíguo, uma análise preliminar do edificado permitiu identificar dois elementos arquitetónicos (um vão e um arco de grandes dimensões) que a análise posterior dos paramentos poderá comprovar a sua eventual correlação com o antigo convento dos Congregados (SOARES, PINTO 2022).

O caminho da Porta de Cimo de Vila em direção a Paredes e Penafiel passava junto à igreja de “Santilafonso”, seguindo pela Rua Direita<sup>15</sup>, onde existia um hospital da invocação do mesmo santo e uma albergaria (arqueologicamente ainda ocultos); depois da capela de Santo André, dirigia-se até Mijavelhas, pelo largo do Padrão, atravessava pelo Bonfim e ia da Corujeira até Campanhã (ALMEIDA 1968: 173). A ocupação durante a Alta Idade Média em Santo Ildefonso está documentada pelo achado de cabeceiras de sepultura gravadas com uma cruz, ladeada de alfa e ómega, junto da antiga Capela de Santo André (SILVA, REAL 2022: 20). A documentação conhecida para São Lázaro atesta a ocupação do local apenas no século XIV, altura em que aqui é criada uma gafaria. Nos séculos XVII e XVIII, em Santo Ildefonso, tal como em Santo André e São Lázaro, concentravam-se as oficinas de oleiros, estrategicamente dispostas à margem dos caminhos mais frequentados (REAL et al. 1995: 179). Materialidades associadas com esse período (alicerces e fragmentos cerâmicos) foram registados recentemente (PAZ, PRIETO 2022). Também junto ao Campo de São Lázaro, começou a ser construído nos finais do século XVIII o Convento de Santo António da Cidade, hoje Biblioteca Pública Municipal do Porto, palco de vários trabalhos arqueológicos entre 2000 (ARGÜELLO MENÉNDEZ 2001) e 2004 (BASÍLIO et. al. 2005). O conjunto das intervenções proporcionaram a descoberta, entre outras estruturas, das fundações da cabeceira da antiga capela do convento e de um troço do aqueduto de Mijavelhas, bem como duas áreas sepulcrais distintas, uma situada no interior da capela (com 14 indivíduos e um ossário) e outra, bastante extensa, localizada na zona do parque de estacionamento (com 276 indivíduos e um ossário). Esta necrópole está associada ao cemitério público de Santo Ildefonso (1833-1835), instituído na cerca conventual por D. Pedro IV, em pleno cerco do Porto e no contexto de um surto de cólera (BASÍLIO et.al. 2011).

As obras de construção do Metro do Porto revelaram estruturas excepcionais relacionadas com a história do abastecimento de água da cidade desde a Idade Média até ao século XIX, numa “espiral” arquitetónica e onomástica (BOTELHO 2021: 60). Do chafariz de Mijavelhas – referenciado pelo cronista

---

<sup>15</sup> Esta designação justifica-se não tanto pelo seu alinhamento mas mais por ser um acesso direto para quem pretendia atravessar essa zona extramuros da cidade e ir mais além.

de D. João I, Fernão Lopes – passamos à “Arca renascentista”, de feição quadrangular, decorada com as armas reais e enquadrada em praça lajeada. A partir do século XVII inicia-se um processo de captação e distribuição de mananciais responsáveis pelo abastecimento de água à cidade, que acabam por transformar, no final do século XVII e inícios do XVIII, a arca em poço (o das Patas, assim nomeada em meados do XVIII), culminado, no século XIX, com a construção do reservatório arcado do Campo Grande (BOTELHO, GOMES 2018a; 2018b). A excecionalidade destas estruturas fez com que se optasse pelo seu desmonte, reconstrução e musealização no mezanino inferior da estação de metro do Campo de Vinte e Quatro de Agosto (BOTELHO, GOMES 2018b). A intervenção arqueológica realizada em 2000 registou ainda a presença de um depósito singular, formado por uma enxurrada, provavelmente num “dia de Primavera mais atormentado” (BOTELHO, GOMES 2021), onde foram identificados elementos orgânicos de diferente natureza (ramos de árvores, nozes, castanhas, cascas de cocos) e um conjunto de louças de fabrico nacional, europeu e oriental, enquadráveis no século XVII.

Durante a 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII, com João Almada e Melo, assistimos na cidade do Porto, na senda da requalificação da Baixa de Lisboa pós terramoto de 1755, a uma profunda remodelação urbanística que vai apagar muitas das marcas medievais da cidade. Referimo-nos ao prolongamento da Rua das Hortas (atual Rua do Almada) até ao Campo de Santo Ovídeo (Praça da República) e à regularização, alargamento e prolongamento de tantas outras (Clérigos, Bonjardim, Santa Catarina, etc.) que acabaram por sacrificar quintas e vetustas casas em prol de um crescimento urbano muito mais racional, de traços retilíneos, com vista à promoção de uma cidade mais aberta, mais salubre, e de ligações mais rápidas ao território envolvente (SERÉN, PEREIRA 1994: 378-380). Em breve, a Praça Nova das Hortas será o novo centro cívico da cidade Oitocentista (*ibid.*: 384), enterrando as “hortas” do Bispo sob espessos depósitos de terra que a documentação medieval não deixa esquecer. As intervenções arqueológicas nesta zona da cidade têm vindo, sobretudo, a atestar estas profundas alterações almadinas, embora, em alguns casos, tenham surgido vestígios algo inesperados: na Rua do Almada, fragmentos de cerâmica manual na base de uma estrutura em negativo, que “nos remete[m] para uma cronologia da Proto ou Pré-História Recente” (PINHEIRO, NÓBREGA 2021: 9); uma calçada antiga no interior de um imóvel na Rua de Santa Catarina, ainda em fase de estudo (PINTO 2022: 4) – poderá relacionar-se com a antiga Travessa das Almas, antes do plano de alinhamento de 1838<sup>16</sup>?

Na Praça da Liberdade evidenciam-se, mais uma vez, as intervenções do Metro do Porto, tendo as equipas de arqueologia revelado descobertas excecionais para o conhecimento da história da cidade. Defronte às Cardosas identificou-se um troço conservado da muralha gótica e vestígios do complexo sistema de defesa construído em torno da passagem do rio da Vila e do qual destacamos um potente torreão quadrangular, onde se integram pedras almofadadas. Logo em frente, descobriu-se uma parte significativa da fachada da monumental Fonte de Natividade reconstruída, naquele local, no último quartel do século XVII (BRANCO, CARDOSO 2019a,) e mandada demolir por D. Pedro em 1834 (*ibid.*: 2019b). Foi, então, possível comprovar a extensão do lado maior do trapézio que formava a planta desta fonte, assim como a composição decorada com pilastras do paredão interior, tal como a imaginou Luís Aguiar Branco em 2019 (*ibid.*).

### **AVA 50 – Cordoaria, Carregal e Moinho de Vento**

A Porta do Olival da cerca gótica formalizou um ponto de cruzamento das estradas para a Foz, Vila do Conde e Braga, cujos traçados teriam sido constituídos em época Romana (ALMEIDA 1968). O crescimento urbano em época Moderna acabaria por desativar o papel da imponente

---

<sup>16</sup> Planta para o alinhamento da Travessa das Almas, por Sampaio Lima, aprovada em Câmara em 1838-04-18, disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334218/>.

cerca medieval na organização dos espaços, sendo que neste processo a Porta do Olival acabaria por desaparecer da paisagem urbana. Porém, a memória da estrutura, a sua importância enquanto local de encontro e a sua robustez estrutural permaneceriam entre as mudanças da cidade. Hoje em dia, ainda são visíveis paramentos da estrutura no edifício do século XVIII onde se localiza o Café da Porta do Olival, assistindo-se, assim, a uma prática de reapropriação (ou rematerialização) da urbanidade medieval. A dimensão social deste ponto de passagem da cerca medieval e de convívio foi sendo mantida ao longo do tempo, mas sendo palco de diferentes sociabilidades. Desde o século XIX, o rés-do-chão é usado como estabelecimento comercial, tendo sido o Botequim do Adães e o Botequim da Pátria (COSTA 2014; MENDES 2012; DUARTE 2017), propiciando o encontro de grupos sociais muito distintos e sendo um local profícuo em personagens e estórias (PEREIRA 1914: 77-96). A multitemporalidade da Porta do Olival é transversal a esta área de salvaguarda, sendo a sua referência apenas um exemplo da percolação do tempo (WITMORE 2011) e do modo como a consciência e atenção que prestamos a estes palimpsestos expandem as nossas possibilidades de trabalhar em arqueologia.

No Campo da Cordoaria, antigo Campo do Olival, estabeleceram-se os cordoeiros, que abasteciam o estaleiro de Miragaia, tendo existido uma fábrica criada por D. José. Neste local existiu a Ermida de Nossa Senhora da Graça e a Ermida de S. Miguel-o-Anjo, que a tradição oral atribui à iniciativa de D. Afonso Henriques e D. Mafalda, que deu nome ao Recolhimento do Anjo (1661). Em inícios do século XVII é criada a Alameda do Olival, possuindo o Concelho diversas casas na zona. A construção do convento do Carmo (1619) e do Colégio dos Órfãos (1651) são reflexo da expansão urbanística da área, de que sobrevive o testemunho do pequeno quarteirão agregado à atual Travessa do Carmo, onde pontuam alguns imóveis seiscentistas. No Carregal há informação da existência de uma torre, provavelmente relacionada com o Vínculo do Carregal (século XV) criado por João Martins Ferreira, registando-se também referências ao Carregal de Baixo e Carregal de Cima em documentação de finais do século XVI. O topónimo Beco do Paço pode estar em correspondência com a memória desta espacialidade<sup>17</sup>. Mais a norte, regista-se a referência ao “Lugar e Casal do Pinheiro” num documento de 1533, o qual estava situado entre a estrada velha de Guimarães e o caminho de Liceiras; nesta propriedade, outrora Quinta do Laranjal de Cima, que incluía a “Pena de Arca”, foi construída, no século XVIII, a Casa e Capela da Quinta do Pinheiro. O Largo do Moinho de Vento<sup>18</sup> e o Largo dos Ferradores (atual Praça de Carlos Alberto)<sup>19</sup> são dois espaços públicos que fazem parte desta profusa dinâmica de circulação que, consolidada durante a época Moderna, tem raízes anteriores<sup>20</sup>.

(continua)

---

17 No âmbito de uma obra na Rua de Clemente Menéres n.º 87, o serviço municipal de arqueologia recolheu um conjunto cerâmico associável aos finais da Idade Média. Neste caso, o conjunto edificado alvo da intervenção relaciona-se com a Casa dos Viscondes de Vilarinho de São Romão, sendo o corpo principal datável dos séculos XVIII-XIX e um mais pequeno, a norte, dos séculos XVI-XVII (a capela que integrava o conjunto não era abrangida neste projeto). Também neste arruamento, em obras da via pública, foi identificado o troço de uma calçada anterior ao Jardim de Carrilho Videira, conhecido por Jardim do Carregal (LAMEGO et al. 2018: 31).

18 Uma intervenção realizada num edifício solarengo/palacete aqui existente permitiu registar diversas estruturas associadas a um relevante conjunto artefactual dos séculos XVII e XVIII (MARÇAL 2017).

19 É de mencionar a intervenção no Hospital da Ordem do Carmo, que tem permitido caracterizar o espaço de necrópole: entre maio de 2006 e janeiro de 2007 efetuou-se a 1.ª fase da intervenção no pátio interno do Hospital, tendo sido identificadas várias estruturas e mais de 450 enterramentos associados a diversos momentos de uso do cemitério privado da Ordem do Carmo (ARGÜELLO MENÉNDEZ, TEIXEIRA 2008); a 02.05.2022 foi iniciada uma nova fase de trabalhos que, à data de conclusão deste artigo, ainda se encontra em curso (FONSECA, PEREIRA, RODRIGUES 2022).

20 No equacionamento/descrição desta área de salvaguarda arqueológica teve-se em consideração o estudo do desenvolvimento urbano da cidade proposto por Manuel L. Real e Rui Tavares (1987) bem como os estudos toponímicos de Cunha e Freitas (1999) e Manuel C. Ferreira (2017).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1968), *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1993), Elementos para a história da construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703), *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, 10, Porto, FLUP, pp. 379-406
- AMORIM, Inês; SILVA, Luís Pedro; GARCIA, João Carlos (2017), As cheias do rio Douro no Porto (Portugal) do Século XVIII, *Sémata: Ciências Sociais E Humanidades*, 29, FXH-USC, pp.185-217. <https://doi.org/10.15304/s.29.4217>
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, J. Jorge (2001), *Parque anexo à Biblioteca Pública Municipal do Porto. Rua de Visconde de Bóveda/Avenida Rodrigues de Freitas - Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*, Porto, Ed. Autor
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, J. Jorge; TEIXEIRA, Sofia A. S. (2008). *Catálogo do espólio fúnebre e funerário do Cemitério da Ordem do Carmo*, Palma, Editorial Vessants
- BARROCA, Mário Jorge (2001), *As Fortificações do Litoral Português*, Lisboa, Edições Inapa. (Coleção Portucale)
- BARROS, Amândio J. M. (2004), *Porto: a construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- BASÍLIO, L.; TAVARES, P; ALMEIDA, M.; GARCIA, I; NEVES, M.; CARVALHO, M. L. (2011), Intervenção arqueológica da Biblioteca Pública Municipal do Porto/Mosteiro de Santo António da Cidade: o estabelecimento de cemitérios públicos «como se pratica nos países mais civilizados», in BICHO, Nuno Ferreira (Ed.), *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular: História, teoria e método da arqueologia*, *Promontória Monográfica*, 14, Faro, Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia
- BASÍLIO, L.; TAVARES, P; ALMEIDA, M.; GARCIA, I; NEVES, M.J. (2005), *Intervenção de Arqueologia Preventiva. Biblioteca Pública Municipal do Porto (Bonfim, Porto). Relatório Final*, Porto, *Dryas Arqueologia, Lda*.
- BESSA, Alda; BRANCO, Luís B. Aguiar; GRAVATO, Adriana; MAMEDE, Luís; OSÓRIO, Isabel; PEREIRA, Marta (2018), Uma década de aplicação da Carta de Património do Plano Diretor Municipal do Porto, in FERREIRA, Teresa Cunha; PÓVOAS, Rui Fernandes; FERNANDES, Francisco Barata (Eds), *Fórum do Porto. Património, Cidade, Arquitectura | Porto Forum. Heritage, City, Architecture*, Porto, CEAU, pp. 121-136
- BOTELHO, Iva (2021), Campo 24 d`Agosto, in *Reservatório. Caderno 1: Morro da Penaventosa. Estradas e Caminhos*, Porto, CMP/MC, p. 60
- BOTELHO, Iva João S. T. M; GOMES, Luís Filipe C. (2018a), De Chafariz a Arca de Mijavelhas. Firmitas, utilitas et venustas numa intervenção na berma de um caminho à distância a cavalo da cidade, in *Genius Loci: lugares e significados - places and meanings*, Volume 2, pp. 631-644
- BOTELHO, Iva; GOMES, Filipe (2018b), A Mãe d'Água de Mijavelhas. Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico, in *Genius Loci: lugares e significados - places and meanings*, Volume 3, pp. 145-158
- BOTELHO, Iva; GOMES, Luís Filipe (2021), O depósito 005. Memória recuperada de um acidente, in *Reservatório. Caderno 1: Morro da Penaventosa. Estradas e Caminhos*. Porto, CMP/MC, p. 61

- BRANCO, Luís B. Aguiar; CARDOSO, Pedro V. (2019a), Porto Património – A Fonte da Arca da Natividade, *O Tripeiro*, 7ª Série, 38 (3), Porto, ACP, pp. 87-89
- BRANCO, Luís B. Aguiar; CARDOSO, Pedro V. (2019b), Porto Património – A Fonte da Arcada da Natividade – imagem, *O Tripeiro*, 7ª Série, 38 (6), Porto, ACP, pp. 187-189
- BUGALHÃO, Jacinta (2017), Arqueologia Urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública, in COELHO, Inês Pinto; TORRES, Joana Bento; GIL, Luís Serrão, RAMOS, Tiago (Eds), *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*, Lisboa, CHAM/IEM, pp. 467-474
- CARVALHO, Teresa Pires; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge (1996), *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto, CMP/CRUARB/CH
- COSTA, Maria Teresa Castro (2014), Os cafés do Porto. *Apha Boletim*, 2, Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, pp. 1-14. <https://apha.pt/wp-content/uploads/boletim2/CafesDoPorto.pdf>
- DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (Coord. de) (2018), *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*, Porto, CITCEM
- DMU [Direção Municipal de Urbanismo | Departamento Municipal de Planeamento Urbano | Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território] 2021, *Plano Diretor Municipal. Relatório. Maio 2021*, Porto, CMP – DMU
- DUARTE, Rui Manuel da Costa Fiadeiro (2017), Cafés Históricos do Porto: a aventura sedentária. In *Arte, Cultura e Património do Romantismo. Actas do 1.º Colóquio “Saudade Perpétua”*, pp. 242-405.
- FERNANDES, Francisco Barata; DIAS, Lino Tavares; PÓVOAS, Rui Fernandes; FERREIRA, Teresa Cunha (2018), *Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Valores Patrimoniais. Relatório de Caracterização e Diagnóstico*, Porto, CMP – DMU
- FERNANDES, José Alberto Rio (2005), Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia, in JORGE, Vítor Oliveira (Coord. de), *Conservar para quê?*, Porto/Coimbra FLUP/DCTP/CEAUCP, pp. 213-230
- FERREIRA, Manuel do Carmo (2017), *Prontuário de Toponímia Portuense*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento. 2 vol.
- FERREIRA, Maria João da Costa Marinho (2018), *A Urbanização das Fontainhas Séculos XVIII-XIX*, dissertação de Mestrado em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- FERREIRA, Teresa Cunha (2020), Discussing Heritage Values in Local Planning: The Porto Municipal Master Plan’s “Heritage Map”, in POTTGIESSER, Uta; Sandra FATORIC, Sandra; HEIN, Carola, DE MAAKER, Erik; RODERS Ana Pereira (Eds), *LDE Heritage Conference on Heritage and the Sustainable Development Goals: Proceedings*, TU Delft/ Faculty of Architecture and the Built Environment, pp. 155-164
- FERREIRA, Teresa Cunha; SILVA, Ana Tarrafa (2019), Perspectives for a Historic Urban Landscapes Approach, in Porto, Portugal, in RODERS, Ana Pereira; BANDARIN, Francisco (Eds), *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action*. Singapore, Springer, pp. 403-421
- FONSECA, Jorge; PEREIRA, Graça; RODRIGUES, Zélia (2022), *Síntese dos resultados da intervenção arqueológica a decorrer no Palácio do Carmo. Praça Carlos Alberto 22-44 /Travessa do Carregal 120-156*, Porto, Matosinhos, Arqueologia e Património

- FOUSEKI, Kalliopi; GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; SWENSEN, Grete (Eds.) (2020), *Heritage and Sustainable Urban Transformations: Deep Cities*, New York/Oxon, Routledge
- FOUSEKI, Kalliopi; TAYLOR, Joel; DÍAZ-ANDREU, Margarita; LINDE, Sjoerd van der; RODERS, Ana Pereira, (2020), Locating Heritage Value, in SAVILLE, Samantha; HOSKINS, Gareth (Eds), *Locating Value: Theory, Application and Critique*, Londres, Routledge, pp. 37-50
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana; RAFAEL, Lúcia; TORRES, C. (2016), Mértola Vila Museu. Um projecto arqueológico de desenvolvimento integrado. *Revista Arqueologia Pública*, 10 (3), Campinas, UNICAMP, pp. 55-80. <https://doi.org/10.20396/rap.v10i3.8645842>.
- GUTTORMSEN, Torgrim Sneve (2020), Archaeology as a conceptual tool in urban planning, in FOUSEKI, Kalliopi; GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; SWENSEN, Grete (Eds.), *Heritage and Sustainable Urban Transformations: Deep Cities*. New York/Oxon, Routledge, pp. 35-54
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno; FERNANDES, Bruno; AMORIM, Sérgio; SILVA, João; TEIXEIRA, Óscar (2018), Relatório Final – Concelho do Porto – Concessão Águas do Porto E.M (Julho 2017 – Junho 2018), Porto, Civitas Arqueologia, Lda.
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2023), *Sondagens Arqueológicas. Rua de Henrique de Sousa Reis*, 52-78. *Nota Técnica*, Porto, Civitas - Arqueologia, Lda.
- LANDORF, Chris (2019), Social sustainability and urban heritage. The challenge of conserving physical places and sustaining cultural traces, in SHIRAZI, M. Reza; KEIVANI Ramin (Eds.), *Urban Social Sustainability. Theory, Policy and Practice*, New York/Oxon, Routledge, pp. 78-98
- LEMOS, Francisco Sande (2008/09), Arqueologia Urbana e Poder Autárquico. *Arqueologia & História*, 71, Lisboa, AAP, pp. 60-61
- LOPES, Maria Conceição (2018), Arqueologia na cidade em construção, in BERNARDES, João Pedro; ETCHEVERNE, Carlos; LOPES, Maria Conceição (Coord. de), *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Faro, UA/CEAACP, pp. 322-336
- LOZA, Rui Ramos (1993), O Porto e o Douro, in LOZA, Rui Ramos (Coord. de), *Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, Porto, CMP, pp. 41-46
- LOZA, Rui Ramos (2021) (Coord.), *Relatório Preliminar. Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I*, Porto Vivo, SRU.
- LOZA, Rui Ramos; MOURA, António (1993), Proposta de Candidatura. In LOZA, Rui Ramos (coord.), *Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, Porto, CMP, pp. 27-40
- MARÇAL, Helena (2017), *Relatório de Progresso. Intervenção Arqueológica Largo do Moinho de Vento. Porto 2017*. Matosinhos, Arqueologia e Património – Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda.
- MARCUSE, Peter (2003), The identity of towns in Age of Globalization: Vertical and Horizontal issues, in SEIXAS, Paulo Castro; SANTOS, Paula Mota; ARAÚJO, Henrique Gomes (Orgs), *Pluralidades Portuenses. Símbolos locais, Relações globais*, Porto, Editora Civilização, pp. 233-243
- MARTINS, Carlos Henrique Moura (2014), *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/25713>

- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2009-2010), A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, 44-45, Braga, UM, pp. 149-177
- MARTINS, Maria Augusta (2021), Bandeirinha da Saúde, *Reservatório. Caderno 2: Frente Ribeirinha. Barra do Rio*, Porto, CMP/MC, p. 32
- MENDES, Nuno Fernando Moreira (2012), *Cafés históricos do Porto. Na demanda de um património ignoto*, dissertação de Mestrado apresentada à FLUP. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66775?locale=pt>
- NASCIMENTO, André M. (2003), *Sondagem Arqueológica no edifício sito da Rua Monte dos Judeus, n.º 61*, Vila Nova de Gaia, Empatia – Arqueologia, Lda.
- NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura P; SILVA, Nuno G. (2008), *Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório de Progresso (2.ª e 3.ª Fases)*, Vila Nova de Gaia, Empatia – Arqueologia, Lda.
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira (1973), *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos
- OLIVIER, Laurent (2011), *The dark abyss of time. Archaeology and Memory*, Lanham/Maryland, AltaMirPress
- OSÓRIO, Maria Isabel de N. A. P. (1994), *Cidade, plano e território – Urbanização do plano de intramuros do Porto (séculos XIII – 1.ª metade XIV)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- OSÓRIO, Maria Isabel de N. A. P. (2021), Estradas e caminhos, in *Reservatório. Caderno 1: Morro da Penaventosa. Estradas e Caminhos*, Porto, CMP/MC, pp. 47-48
- OSÓRIO, Isabel; SOUSA, Laura; PEREIRA, Leonor (2021), Dez Anos de Intervenções Arqueológicas no CHP / Ten Years of Archaeological Interventions in the HCP, in LOZA, Rui Ramos (Coord. de), *Relatório Preliminar do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, Património Mundial / Preliminary Report of the Historic Centre of Porto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar, World Heritage* [Portuguese and english version], Porto, Porto Vivo - SRU, pp. 246-256
- OSÓRIO, Maria Isabel P. (Coord. de) (1993), *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*, Porto, CMP
- OSÓRIO, Maria Isabel P; SILVA, António Manuel S. P. (1994), Intervenção arqueológica municipal no Porto - resultados, problemas e potencialidades, *Bracara Augusta*, 45, (Actas do 2.º Encontro de Arqueologia Urbana), Braga, CMB, pp. 87-102
- OSÓRIO, Maria Isabel P; SILVA, António Manuel S.P. (1996), *Intervenção arqueológica de emergência na Rua de Miragaia, 75-76 – Porto. Relatório preliminar*, Porto, CMP (Datilografado)
- PASTOR PÉREZ, Ana; DÍAZ-ANDREU, Margarita (2021), Analizando el valor patrimonial de las transformaciones urbanas en Barcelona, *Complutum*, 32(2), pp. 709-726. <https://dx.doi.org/10.5209/cmpl.78579>
- PASTOR PÉREZ, Ana; DÍAZ-ANDREU, Margarita (2022), Evolución de los valores del patrimonio cultural. *Revista de Estudios Sociales*, 80, Colombia, FCSUA, pp. 3-20. <https://doi.org/10.7440/res80.2022.01>
- PAZ, Alexandra; PRIETO, Roger (2022), *Sondagens e acompanhamento arqueológico. Relatório Final. STI234.20 – Rua de Santo Ildefonso n.º 234/238 e Largo da Ramadinha 83*, Porto, Barqueno

- PEREIRA, Firmino (1914), *O Porto d'outros tempos: notas historicas, memorias, recordações*, Porto, Livraria Chardron
- PEREIRA, Gaspar; BARROS, Amândio (2001), *Memória do Rio: para uma história da navegação no Douro*, Porto, Edições Afrontamento
- PEREIRA, Graça (2019), Nota Técnica: Intervenção Arqueológica Rua da Bandeirinha nº 38-38A–BAN38.18, Matosinhos, Arqueologia e Património
- PEREIRA, Graça (2007), *Trabalhos arqueológicos no âmbito do projecto imobiliário de remodelação do edifício na Rua da Bandeirinha 78-80*, Matosinhos, Arqueologia e Património, Lda.
- PINHEIRO, Rui (2018-2019), Convento de Monchique: um achado inusitado, *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 13 (11), Lousada, CML, pp. 191-197
- PINHEIRO, Rui; NÓBREGA, Tapício (2021), Reconstrução e ampliação de edifício – Rua do Almada, 87-89, Porto, in *Nota Técnica. Diagnóstico arqueológico*, Porto, Omniknos Arqueologia, Lda.
- PINTO, Filipe M. S. (2022), *Metodologia para desmonte de estruturas arqueológicas em contexto de acompanhamento arqueológico (Rua de Santa Catarina, 382)*, Vila Nova de Gaia, Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda.
- PINTO, Filipe M. S.; LOUREIRO, Carlos Alberto (2015), *Sondagens arqueológicas na Rua General Sousa Dias (Universidade Lusófona do Porto). Sé, Porto. Nota Prévia. Junho 2015*, Vila Nova de Gaia, Empatia – Arqueologia, Lda.
- REAL, Manuel Luís (1984), Arqueologia portuense em 1984. Notícia sobre as operações de salvamento no morro da Sé, em áreas de intervenção do CRUARB, *Arqueologia*, 10, Porto, GEAP, pp. 75-79
- REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; MELO, Rosário Figueiredo (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 171-186
- REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987), Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, *Povos e Culturas*, Revista do CEPCEP da Universidade Católica Portuguesa, 2, pp. 389-417
- REAL, Manuel; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Isabel; TEIXEIRA, Filipe (1985-1986), Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Boletim Cultural da C. M. Porto*, 2ª Série, 3-4, Porto, CMP, pp. 7-60
- REDENTOR, Armando José Mariano (2011), *A cultura epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácará da época romana*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- REIS, Henrique Duarte e Sousa (1990), *Apontamentos para a verdadeira História da Antiga e Moderna Cidade do Porto*, IV, Porto, BPMP (Col. Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, II Série)
- RIBEIRO, Manuela; SOUSA, Laura; STOCKLER, Carla; GOMES, Sérgio (no prelo), Arqueologia na Rua das Flores, Porto (2000-2021), in *A Rua na Estrutura Urbana*, atas do colóquio de comemoração dos 500 anos da Rua das Flores (novembro 2021), Porto, CITCEM
- SEIXAS, Paulo Castro (2019), O jogo das políticas das cidades. A cidade-ativada: abertura, incerteza, participação e lances, in SEIXAS, Paulo Castro (Coord. de), *Ativar Cidades. Modelos de Políticas de Cidades*, Lisboa, Caleidoscópico, pp. 13-37

- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar M. (1994), O Porto Oitocentista, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir. de). *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 2ª edição, pp. 378-521
- SILVA, Ana Tarrafa (2017), *Historic Urban Landscape approach and spatial planning: Exploring the integration of heritage issues in local planning in Portugal*, dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa
- SILVA, Ana Tarrafa; FERREIRA, Teresa Cunha (2020), Cartas Municipais de Património: do inventário ao instrumento de gestão, in *PNUM 2018 Proceedings - Urban Morphology in Portuguese-Speaking Countries*, Porto, FAUP, pp. 1726-1739. <https://pnum.arq.up.pt/>
- SILVA, António Manuel S.P (2000), O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial. *Al-Madan*, 9, Almada, CAA, pp. 130-140
- SILVA, António Manuel S.P (2003), Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. Aspectos da intervenção municipal, in PINTO, Paulo Costa (Coord. de), *Encontros do Património de Vila do Conde. Actas*. Vila do Conde, CMVC, pp. 33-49
- SILVA, António Manuel S.P (2005), A memória imposta. Algumas reflexões sobre a preservação de ruínas arqueológicas em meio urbano, in PELARIGO, L. (Coord. de), *Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana* (Colecção Fórum, 10), Lisboa, URBE-Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, pp. 85-93
- SILVA, António Manuel S.P (2006a), A gestão do património arqueológico e os instrumentos de ordenamento do território. Dois casos de estudo: Porto e Arouca, in STOCKLER, Carla (Coord. de), *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas*, Baião, CMB, pp. 207-217
- SILVA, António Manuel S.P (2006b) O Togado, um enigma vindo do fundo do rio. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 10, p. 10
- SILVA, António Manuel S.P (2008), Os cadernos de encargos e a arqueologia de salvaguarda na cidade do Porto, *Era Arqueologia*, 8, Lisboa, NIA, pp. 19-26
- SILVA, António Manuel S.P (2011), Uma âncora romana. *Peça do Mês, Agosto 2011*. Porto, Casa do Infante-CMP
- SILVA, António Manuel S.P (2014), Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, XIII, Porto, FLUP, pp. 75-88
- SILVA, António Manuel S.P (2015), Mais de um século de arqueologia em Vila Nova de Gaia: investigação e gestão de um património em risco. *Estudos Do Quaternário/ Quaternary Studies*, 13, pp. 1-22. <https://doi.org/10.30893/eq.v0i13.102>
- SILVA, António Manuel S.P (2021), *Cale e os Callaeci: territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 volumes
- SILVA, António Manuel S.P; REAL, Manuel Luís (2022), Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval. [Comunicação apresentada no colóquio internacional A Península Ibérica entre os séculos V e X. Continuidade, transição e mudança], in *Arqueologia & História*, 13ª Série, 73, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 11-36
- SILVA, António Manuel S.P (2010), Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa, *Gallaecia*, 29, Santiago de Compostela, USC, pp. 213-62

- SILVA, João Nuno; BARBOSA, Liliana; MAIA, Pedro (2020), *Relatório Final. Caracterização histórica e patrimonial com análise parietal Beneficiação das margens do rio Douro Cantareira, Anjo, Cais das Pedras e a jusante da Ponte D. Luís I*, Matosinhos, Arqueologia e Património Lda.
- SOARES, Sofia P; PINTO, Ana Rita (2022), *Sondagens arqueológicas na Rua Sá da Bandeira, 13/15. Santo Ildefonso, Porto. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro Lda.
- SOARES, Sofia; GONÇALVES, Mário (2019-2020), *Sondagens Arqueológicas no Largo de São Pedro de Miragaia, 1-2, Miragaia, Porto. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia, Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro Lda.
- TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (2016), *Elementos para a fase de obra. Intervenção Arqueológica. Convento de Monchique. Porto*, Matosinhos, Arqueologia e Património, Lda.
- THOMAS, Julian (2004), *Archaeology and Modernity*, London/New York, Routledge
- VALE, Clara Pimenta; FERREIRA, Teresa Cunha; PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim; BARROSO, Carlos Eduardo (2021), *Cartas Municipais de Património: reflexões no âmbito da revisão dos Planos Diretores Municipais do Porto e Matosinhos*, in COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice; RODRIGUES, Hugo; LAPA, José (Eds), *CONREA'21. O Congresso da Reabilitação. Livro de Atas*. Aveiro, UA, pp. 447-453
- WITMORE, Christopher (2013), Which archaeology? A question of chronopolitics, in GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (Ed.), *Reclaiming Archaeology. Beyond the tropes of modernity*, London/New York, Routledge, pp. 130-144

N.º	Tipo	Designação	N.º	Tipo	Designação
1	APA	Arca d'Água	51	APA	Mouteira – Ribeira da Granja
2	APA	Vale da Granja	52	APA	António Aroso
3	APA	Capela das Almas	53	APA	Bicalho – Boa Viagem
4	APA	Palácio de Cristal	54	AVA	Boa Nova
5	APA	Quinta dos Frades – Ribeira da Granja	55	APA	Bom Sucesso
6	APA	Igreja de S.ta Maria de Campanhã	56	APA	Quinta de Santo Ovídio
7	APA	Capela e Monte de S. Pedro	57	APA	Lugar da Granja
8	APA	Sítio do Carvalhido	58	APA	Lugar de Noêda
9	APA	Almada – Bonjardim	59	AVA	Esteiro de Campanhã
10	APA	S.to Ildefonso – S. Lázaro	60	APA	Quinta de Vilar d'Allen
11	APA	Lugar da Areosa	61	AVA	Massarelos – Campo do Rou
12	APA	Bom Pastor	62	APA	Lugar de Campo Lindo
13	AVA	Estrada da Circunvalação	63	APA	Antas
14	AVA	Poço das Patas	64	APA	Quinta da Prelada
15	APA	S. Braz	65	APA	Monte Aventino – S. Roque da Lameira
16	APA	Barão de Nova Sintra	66	APA	Igreja Velha de Nevogilde
17	APA	S.ta Catarina – Formosa	67	APA	Fradelos
18	APA	Frente marítima da Avenida Brasil	68	APA	Lugar de Vila Cova
19	APA	S. Salvador de Ramalde	69	AVA	Areias Altas
20	APA	Lugar do Monte da Bela	70	APA	Presa Velha – Lugar da Formiga
21	APA	Carriçal	71	APA	Fontainhas
22	APA	Lugar de Rebordões e Currais	72	APA	Estação de Tirares
23	AVA	Monte Crasto e Ribeirinho	73	APA	Lugar de Passos
24	APA	Igreja do Senhor do Bonfim	74	AVA	Guindais
25	APA	Lugar de Pego Negro	75	AVA	Ouro – Santa Catarina
26	APA	Quartéis	76	APA	Lugar do Couto
27	APA	Casa da Prelada	77	APA	Antas – Salgueiros
28	AVA	Ervilha	78	APA	Lugar de Vila Nova – Aldoar
29	APA	Imediações do Convento dos Dominicanos	79	AVA	Castelo do Queijo – Carreiros
30	APA	Lugar do Regado	80	APA	Granja – Condominhas
31	AVA	Foz Velha	81	APA	Monte Cativo
32	APA	Lugar da Póvoa	82	AVA	Monte da Luz
33	APA	Lugar do Pinheiro de Campanhã	83	APA	Lugar de Contumil
34	AVA	Igreja de S. Martinho Lordelo	84	APA	Companhia Aurifícia
35	APA	Lugar de Godim	85	AVA	Cedofeita
36	APA	Burguães e Germalde	86	APA	Lugar de Lamas
37	APA	Covelo	87	APA	Reduto da Glória
38	APA	Fonte da Moura	88	APA	Monte da Lapa
39	APA	Outeiro do Tine	89	APA	Igreja de S. Martinho de Aldoar
40	AVA	S. Pedro de Miragaia	90	APA	Bateria da Ramada Alta
41	AVA	Rio Douro	91	AVA	Lugar do Ribeirinho
42	APA	Núcleo histórico de Nevogilde	92	APA	Santa Eulália e Estaleiro do Ouro
43	APA	Casa e Quinta de Bonjóia	93	APA	Pena – Vilar
44	APA	Marginal do Freixo e Central Elétrica	94	APA	Arrábida
45	APA	Vilarinha	95	AVA	Centro Histórico do Porto
46	APA	Tronco	96	APA	Germalde
47	APA	Lugar de Paranhos	97	APA	Necrópole de S. Roque da Lameira
48	APA	Monte dos Congregados	98	APA	Requesende
49	APA	Pasteleira	99	APA	Francos
50	AVA	Cordoaria, Carregal e Moinho de Vento	100	APA	Horto das Areias

**Tabela 1:** Áreas de salvaguarda arqueológica inventariadas no PDMP em vigor, assinalando-se a cinzento as áreas caracterizadas no texto.



**Fig 1:** Localização das áreas de salvaguarda abordadas no texto. Pormenor da Carta de Património II – Património Arqueológico do PDMP, disponível em: [https://geopdm.cm-porto.pt/po1f\\_cp2](https://geopdm.cm-porto.pt/po1f_cp2) (adaptação © Mário Fonseca, CMPDMP/DMDGPGC).

